



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: - http://www.mec.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23123.001435/2021-13

- 1.**DO OBJETO**
- 1.1.O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços, por demanda, pelo período de 12 (doze) meses, para a confecção/produção de conjuntos de comendas para as condecorações da Ordem Nacional do Mérito Educativo, regulamentado pelo Decreto 4,797, de 31 de julho de 2003.
- 1.2.Conjunto de comendas é entendido como o conjunto composto por medalhas, faixas, adereços, estojos e pastas para acondicionar documento.
- 1.3.Estimativa dos serviços a serem contratados, estão descritos a seguir:

GRUPO ÚNICO							
Item	Serviço	Categoria / Grau da Ordem Nacional do Mérito Educativo	Objeto	Quantidade de conjunto e/ou unidade	Descrição	Valor Unitário de cada conjunto ou unidade	Valor Total de cada conjunto ou unidade
1	CONFECCÃO DE ITENS NOVOS E MONTAGEM DAS COMENDAS	GRAU DE GRÃ-CRUZ	Confecção, fornecimento e montagem de itens individualizados para cada comenda (medalhas, faixas, estojos e adereços)	8 Conjuntos	a) Quantidade de 8 Faixas , pendente em gorgurão chamalotado na cor púrpura e orlada de branco com 2100mm de comprimento por 90mm de largura. Comprimento transversal na barra no grau correspondente com roseta do mesmo tecido com cruz branca ao meio aproximadamente 100mm de diâmetro. Colchete e argola douradas para segurar a medalha. b) Quantidade de 8 Barretes (pendente faixa) na cor púrpura orlada de branco, gorgurão chamalotado com 15mm de largura por 60mm comprimento orlada de branco. Na barra no grau correspondente com roseta do mesmo tecido com cruz branca ao meio, sobreposta a uma fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7mm de largura, e dente de foca. Incluir instalação de medalha (pronta) na barreta. c) Quantidade de 8 Rosetas tipo boton , com 10mm de diâmetro, cunhada, estampada e recortada em chapa de metal nobre não ferroso (latão) com uma fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7mm de largura, no grau correspondente. No centro de cada uma, roseta revestida com fita de gorgurão chamalotado púrpura e cruz branca ao meio, com pino de fixação soldado no verso e prendedor de borracha. d) Quantidade de 8 Estojos com medidas aproximadas de 18cm x 28cm e 6,5cm de profundidade (total caixa com tampa) e com estrutura em madeira resistente e leve com tampa forrada internamente revestida em cetim branco acolchoando toda a parte interna da tampa. No centro, o brasão da República em hotstamping dourado. A base do estojo deverá ter um baixo relevo formando um berço no formato da medalha com seu passador de fita, roseta e barrete, tudo formando um fundo falso revestido em veludo azul escuro; na parte superior haverá uma pequena fita de cetim para, através desta, levantar o berço revelando o fundo falso onde se acondicionará a sobre da faixa da medalha pendente. Externamente será revestido em papel couro de cor verde bandeira e terá na parte traseira duas dobradiças pequenas em metal dourado e na parte frontal uma trava de segurança em metal dourado. e) Quantidade de 8 Pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Courino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiros interna em couro sintético (Courino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm.	R\$ 1.391,54	R\$ 11.132,32
2	CONFECCÃO DE CONJUNTO NOVO COMPLETO	GRAU DE GRANDE OFICIAL	Confecção, fornecimento e montagem de conjuntos completos de comendas (medalhas, faixas, estojos e adereços)	17 Conjuntos	a) Medalhas constituída de uma insígnia de 08 pontas medindo 55x55mm com espessura 2,2mm, cunhada, estampada e recortada em chapa de metal nobre não ferroso (latão), com banho eletrolítico de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) de folhas de louro de níquel, com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) e esmaltadas em verde; ao centro placa esmaltada em branco e vermelho oliva, em alto relevo a figura do livro ladeado pela a inscrição do nome do grau seguida da expressão "MÉRITO EDUCATIVO – BRASIL –". Pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura orlada de branco com 600mm x 45mm, com fita para amarração no pescoço e Passador de fita, com 50mm de largura, cunhado e estampado e recortado em chapa de metal nobre não ferroso (latão) com banho eletrolítico de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado). b) Medalhas crachá constituída de uma insígnia de 08 pontas medindo 80x80mm, espessura 2,2mm, cunhada, estampada e recortada em chapa de metal nobre não ferroso (latão), com banho eletrolítico de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) de folhas de louro de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) e esmaltadas em verde; ao centro placa esmaltada em branco e vermelho oliva em alto relevo a figura do livro ladeado pela inscrição do nome do grau seguida da expressão "MÉRITO EDUCATIVO – BRASIL –", no verso dois pinos de fixação soldados e com prendedores de borracha. c) Miniaturas medindo 20mm x 20mm, cunhada, estampada e recortada em chapa de metal nobre não ferroso (latão), com banho eletrolítico de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) de folhas de louro de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) e esmaltadas em verde; ao centro placa esmaltada em branco e vermelho oliva em alto relevo a figura do livro ladeado pela a inscrição do nome do grau seguida da expressão "MÉRITO EDUCATIVO – BRASIL –". Pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura com 15mm de largura por 60mm comprimento, orlada de branco, sobreposto a uma fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7 mm de largura, com roseta do mesmo tecido com cruz púrpura ao meio, com "dente de foca". d) Rosetas tipo boton , com 10mm de diâmetro cunhada, estampada e recortada em chapa de metal nobre não ferroso (latão), fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7mm de largura, no grau correspondente. No centro uma roseta revestida com fita púrpura e cruz na mesma cor, ornada em fita de cetim na cor branca (consultar foto do Anexo 2566125), no verso pino de fixação soldado e com prendedor de borracha. e) Faixas de pescoço na cor púrpura pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura orlada de branco com 600mm x 45mm, com fita para amarração no pescoço. f) Barretes , pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura com 15mm de largura por 60mm comprimento, orlada de branco, sobreposto a uma fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7 mm de largura, com roseta do mesmo tecido com cruz púrpura ao meio, ornada em fita de cetim na cor branca (consultar foto do Anexo 2566125), com dente de foca. Incluir instalação de medalha (pronta) na barreta. g) Estojs com medida aproximada de 155mm de largura por 285mm de comprimento e 50mm de profundidade (caixa com tampa), com estrutura em madeira resistente e leve, com tampa forrada e internamente revestida em cetim branco acolchoando toda a parte interna da tampa. No centro, brasão da República em hotstamping dourado. A base do estojo deverá ter um baixo relevo formando um berço no formato da medalha com seu passador de fita, roseta e barrete, tudo formando um fundo falso revestido em veludo azul escuro; na parte superior haverá uma pequena fita de cetim para através desta levantar o berço revelando o fundo falso onde se acondicionará a sobre da fita. Externamente será revestido em papel couro de cor verde bandeira, medindo aproximadamente 155mm de largura por 285mm de comprimento e 50mm de profundidade. Terá na parte traseira duas dobradiças pequenas em metal dourado e na parte frontal uma trava de segurança em metal dourado. h) Pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Courino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiros interna em couro sintético (Courino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm.	R\$ 650,00	R\$ 11.050,00
3	CONFECCÃO DE ITENS NOVOS E MONTAGEM DAS COMENDAS	GRAU DE COMENDADOR	Confecção, fornecimento e montagem de itens individualizados para cada comenda (medalhas, faixas, estojos e adereços)	20 Conjuntos	a) Quantidade de 20 Rosetas tipo boton com 10mm de diâmetro, cunhado, estampado e recortado em chapa de metal nobre não ferroso (latão), fita em fio prateado dobrada com 15mm de comprimento por 7mm de largura, no grau correspondente. No centro, uma roseta revestida com fita em gorgurão chamalotado púrpura e cruz na cor branca, no verso pino de fixação soldado e com prendedor de borracha. b) Quantidade de 20 Faixas de pescoço na cor púrpura, pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura orlada de branco com 600mm x 45mm, com fita para amarração no pescoço. c) Quantidade de 20 Barretes , pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura, com 15mm de largura por 60mm comprimento, orlada de branco, sobreposto a uma fita em fio prateado com 15mm de comprimento por 7 mm de largura, com roseta revestida com fita em gorgurão chamalotado púrpura e cruz na cor branca, com dente de foca. Incluir instalação de medalha (pronta) na barreta. d) Quantidade de 20 Estojs com medida aproximada de 14cm x 20cm x 4cm de profundidade (caixa com tampa), com estrutura em madeira resistente e leve com tampa forrada internamente, revestida em cetim branco acolchoando toda a parte interna da tampa. No centro, o brasão da República em hotstamping dourado. A base do estojo deverá ter um baixo relevo formando um berço no formato da medalha com seu passador de fita, roseta e barrete, tudo formando um fundo falso revestido em veludo azul escuro; na parte superior haverá uma pequena fita de cetim para através desta levantar o berço revelando o fundo falso onde se acondicionará a sobre da fita. Externamente será revestido em papel de cor verde bandeira. Terá na parte traseira duas dobradiças pequenas em metal dourado e na parte frontal uma trava de segurança em metal dourado. e) Quantidade de 20 Pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Courino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiros interna em couro sintético (Courino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm.	R\$ 1.001,47	R\$ 20.029,40
4	CONFECCÃO DE ITENS NOVOS E MONTAGEM DAS COMENDAS	GRAU DE OFICIAL	Confecção, fornecimento e montagem de itens individualizados para cada comenda (medalhas, faixas, estojos e adereços)	24 Conjuntos	a) Quantidade de 24 Barretes , pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura com 15mm de largura por 60mm comprimento, orlada de branco. Fixar no barrete uma roseta revestida com fita em gorgurão chamalotado na cor púrpura, ornada com fita de cetim branca (consultar foto do Anexo 2566125), com 16mm de diâmetro, aproximadamente. Instalação de medalha (pronta) na barreta. b) Quantidade de 24 Rosetas tipo boton com 10mm de diâmetro, cunhado, estampado e recortado em chapa de metal nobre não ferroso (latão). Roseta revestida com fita em gorgurão chamalotado na cor púrpura, ornada com fita de cetim branca (consultar foto do Anexo 2566125), no verso pino de fixação soldado e com prendedor de borracha. c) Pendente 24 Faixas de peito em gorgurão chamalotado de cor púrpura orlada de branco com 500mm x 45mm, com dente de foca. Roseta fixada revestida com fita em gorgurão chamalotado na cor púrpura com 20mm de diâmetro, ornada com fita de cetim branca (consultar foto do Anexo 2566125). d) Quantidade de 24 Estojs com aproximadamente 10cm x 15,5cm x 3,5cm de profundidade, com estrutura em madeira resistente e leve com tampa forrada internamente revestida em cetim branco acolchoando toda a parte interna da tampa. No centro, o brasão da República em hotstamping dourado. A base do estojo deverá ter um baixo relevo formando um berço no formato da medalha com seu passador de fita, roseta e barrete, tudo formando um fundo falso revestido em veludo azul escuro; na parte superior haverá uma pequena fita de cetim para através desta levantar o berço revelando o fundo falso onde se acondicionará a sobre da fita. Externamente será revestido em papel de cor verde bandeira. Terá na parte traseira duas dobradiças pequenas em metal dourado e na parte frontal uma trava de segurança em metal dourado. e) Quantidade de 24 Pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Courino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiros interna em couro sintético (Courino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm.	R\$ 984,75	R\$ 23.634,00
5	CONFECCÃO DE ITENS NOVOS E MONTAGEM DAS COMENDAS	GRAU DE CAVALEIRO	Confecção, fornecimento e montagem de itens individualizados para cada comenda (medalhas, faixas, estojos e adereços)		a) Pendente 80 faixas de peito em gorgurão chamalotado de cor púrpura orlada de branco com 500mm x 45mm, com dente de foca. Instalação de medalha (pronta) na ponta faixa (consultar foto do Anexo 2566125). b) Quantidade de 80 Barretes , pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura com 15mm de largura por 60mm comprimento orlada de branco. Instalação de medalha (pronta) na barreta. c) Quantidade de 80 Rosetas tipo boton com 10mm de diâmetro, cunhado, estampado e recortado em chapa de metal nobre não ferroso (latão). Roseta revestida com fita em gorgurão chamalotado na cor púrpura e interior liso na cor branca.		R\$ 48.059,20

				80 Conjuntos	<p>No verso, pino de fixação soldado e com prendedor de borracha.</p> <p>d) Quantidade de 80 Estojos com metragem aproximada de 10cm x 15,5cm x 3,5cm de profundidade (caixa com tampa), com estrutura em madeira resistente e leve, com tampa forrada internamente, revestida em cetim branco acolchoado toda a parte interna da tampa. No centro, o brasão da República em hotstamping dourado. A base do estojo deverá ter um baixo relevo formando um berço no formato da medalha com seu passador de fita, roseta e barrete, tudo formando um fundo falso revestido em veludo azul escuro; na parte superior haverá uma pequena fita de cetim para através desta levantar o berço revelando o fundo falso onde se acondicionará a sobra da fita. Externamente será revestido em papel de cor verde bandeira. Terá na parte traseira duas dobradiças pequenas em metal dourado e na parte frontal uma trava de segurança em metal dourado.</p> <p>e) Quantidade de 80 Pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Couroino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiros interna em couro sintético (Couroino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm.</p>	R\$ 600,74	
6	CONFEÇÃO DE ITENS NOVOS	TODOS OS GRAUS	Confeção e fornecimento de itens novos	50 unidades	<p>a) Pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Couroino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiros interna em couro sintético (Couroino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm, com o objetivo de usá-las em Cerimônias e Solenidades que envolvam assinatura de atos oficiais do Ministério da Educação.</p>	R\$ 162,85	R\$ 8.142,50
VALOR ESTIMADO TOTAL							R\$ 122.047,42

- | | |
|--------|---|
| | O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de que tratam a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto nº 10.024, de 20 de julho de 2003, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação, que são as usuais do mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico. |
| 1.5. | Os quantitativos e respectivos itens são os discriminados na tabela acima. |
| 1.6. | O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, sem possibilidade de prorrogação. |
| 1.7. | As entregas dessas comendas acontecerão ao longo do prazo de vigência contratual de 12 meses, além das entregas programadas para o evento específico, que se realizará em meados deste 2º semestre de 2021. |
| 1.8. | São partes integrantes deste Termo de Referência: |
| 1.8.1. | Encarte "A" – Especificação dos Serviços; |
| 1.8.2. | Encarte "A1" – Fotos modelos existentes no MEC; |
| 1.8.3. | Encarte "B" - Modelo de Proposta de Preços; |
| 1.8.4. | Encarte "C" – Modelo de Ordem de Serviços |
| 1.8.5. | Encarte "D" – Termo de Recebimento Provisório; |
| 1.8.6. | Encarte "E" – Termo de Recebimento Definitivo; |
| 1.8.7. | Encarte "F" – Instrumento de Medição de Resultado; |
| 1.8.8. | Encarte "G" – Critérios para Sustentabilidade Ambiental e Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental; |
| 1.8.9. | Encarte "H" - Modelo de Declaração de Parentesco. |
| 2. | JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO |
| 2.1. | A outorga aos agraciados da comenda da Ordem Nacional do Mérito Educativo, tem o propósito de conceder personalidades nacionais e estrangeiras que se distinguem por excepcionais serviços prestados à Educação, conforme Decreto nº 4.797, de 31 de julho de 2003. Os produtos relativos ao serviço contratado, tratados neste termo de referência, serão utilizados na entrega em evento de cerimônia da Ordem Nacional do Mérito Educativo, que se estima ocorrer nos exercícios de 2021 e 2022, conforme compatibilidade das agendas do Ministro de Estado da Educação e do Senhor Presidente da República, respectivamente Chanceler e Grão-Mestre da Ordem. |
| 2.2. | Os serviços ora referenciados enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no Decreto 10.024/2019, haja vista os padrões de desempenho e qualidade, e todas as características gerais e específicas de sua prestação, em que são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão Eletrônico. |
| 2.3. | O critério de julgamento será o de menor preço global do grupo , destacando que a opção mencionada não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala, sendo necessário registrar, ainda, que a natureza dos serviços se ajusta a este critério de julgamento. Deve ser considerada, também, a economicidade gerada para a Administração, a dinamização do processo de execução e uniformização dos serviços, fiscalização e gestão do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento dos serviços em tela. |
| 2.4. | A gestão dos gastos direciona esta Administração ao melhor aproveitamento de suas atividades e controle de suas finanças, otimizando as contratações dos serviços de forma a melhorar os processos internos, fiscalizando as ineficiências e obtendo como resultado a excelência na prestação de serviços aos usuários, sejam eles internos e ou externos. |
| 2.5. | O critério de julgamento da licitação será o de menor preço global pelo grupo de serviço, não se aplicando o parcelamento na solução. A contratação será feita com um fornecedor para que todo o material produzido tenha o mesmo padrão, inclusive dos materiais de tecidos e estojos, bem como todas as medalhas e adereços sejam confeccionados com a mesma uniformidade de material disponibilizado pelo MEC, para a consulta das licitantes interessadas. |
| 2.6. | As quantidades produzidas, conforme ordem de serviço, servirão para atender os agradecimentos, após o processamento das etapas administrativas de indicação, pré-seleção e escolha das personalidades que, no entender da Comissão e autoridades superiores da Ordem Nacional do Mérito Educativo, tenham contribuído de maneira relevante para o desenvolvimento da educação brasileira, limitados à quantidade máxima prevista no Art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 4.797, de 31 de julho de 2003. |
| 2.7. | Cada comenda será composta pelos respectivos itens e adereços indicados neste Termo de Referência, cuja confecção resultará na prestação dos serviços para a entrega de produto montado em conjuntos, compatível com as características das peças e comendas mantidas em demonstração e constantes do encarte A1 (SEI 2806061), pelo Ministério da Educação, para o conhecimento e avaliação dos licitantes e interessados, com vistas a melhor fundamentar suas propostas e participações no certame licitatório. |
| 2.8. | A produção total dos itens deverá ser iniciada somente depois da aprovação formal do protótipo, que será apresentada ao MEC para comprovar a adequação e compatibilidade do produto aos padrões estéticos e de qualidade de confecção das comendas . |
| 2.9. | A caracterização dos serviços e itens de fornecimento foi estabelecida conforme os termos e condições já utilizados anteriormente, pelo Ministério da Educação, no Pregão Eletrônico nº 03/2018, conforme o Processo 23123.000025/2018-50. Esta providência objetiva assegurar maior racionalização, eficiência e padronização das especificações adotadas para as comendas em licitação, compatibilizando-as às condições e especificações dos produtos já concedidos em exercícios anteriores, além de estabelecer meios adequados para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. |
| 2.10. | O cumprimento do objeto do serviço contratado será realizado mediante confecção e entrega de conjuntos (composto por itens unitários) de comendas novas; consoante especificações constantes nas ordens de serviço. |
| 2.11. | Os serviços de confecção deverão contemplar todos os conjuntos completos e para assegurar a necessária equivalência e uniformidade na composição de cada conjunto, evitando possibilidade de assimetrias físicas e estéticas que prejudiquem a isonomia entre os agraciados, além das diferenças inerentes aos cinco graus hierárquicos da Ordem. |
| 2.12. | Por fim, este processo visa atender integralmente as legislações vigentes acerca dos assuntos e as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CF1988, garantindo uma gestão calcada nos princípios da eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, com vistas a promover a melhoria contínua da gestão pública de seus atos administrativos. O ato da Administração Pública de contratar os serviços com a iniciativa privada está elencada no Decreto 200/67. Tal decreto, em seu art. 10, § 7º que assim dispõe:
<div>Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.
(...)
§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.
17. Justifica-se o uso da modalidade Pregão Eletrônico, a forma eletrônica, por se tratar de contratação de serviços baseado sem padrões de desempenho e qualidade, definidos por meio de especificações usuais do mercado, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los, caracterizando-se como "serviço comum", de acordo com o Decreto 10.024/2019, artigo 3º, inciso II, que assim dispõe:
Artigo 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:
(...)
Inciso II bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;</div> |
| 2.13. | Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços nesta contratação, visto que os conjuntos possuem natureza personalíssima e são customizados para atendimento das necessidades imediatas do adquirente, que são as previstas no Decreto nº 4.797, de 31 de julho de 2003. Ademais, não haverá demanda de itens isolados, visto que os serviços não podem ou não devem ser dissociados uns dos outros. Ante a esses motivos, entende-se inaplicável o SRP. |
| 2.14. | Vale ainda ressaltar, que mesmo sendo uma contratação por demanda, a Administração entende que os itens poderão ser utilizados de uma única vez. Os itens ainda são intratáveis, não sendo possível contratá-los de maneira separada, pois devem manter o mesmo padrão de qualidade, e ainda, com apenas uma contratação, vislumbra-se o ganho em escala, preservando o princípio da economicidade. |
| 3. | DO FUNDAMENTO LEGAL |
| 3.1. | A contratação para execução dos serviços em tela tem por amparo a seguinte legislação: |
| 3.2. | Lei nº 8.666/1993 , de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. |
| 3.3. | Lei nº 10.520/2002 , de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. |
| 3.4. | Lei nº 12.187/2009 , de 29 de dezembro de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. |
| 3.5. | Lei nº 12.305/2010 , de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. |
| 3.6. | Lei Federal nº 12.846/2013 , de 1º de agosto de 2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. |
| 3.7. | Lei Complementar nº 123/2006 , de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 , de 7 de agosto de 2014; - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. |
| 3.8. | Lei nº 8.078/1990 , de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. |
| 3.9. | Decreto nº 10.193/2019 , de 27 de dezembro de 2019 - Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços (...) no âmbito do Poder Executivo federal. |
| 3.10. | Decreto nº 3.555/2000 , de 8 de agosto de 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. |
| 3.11. | Decreto nº 10.024/2019 , de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. |
| 3.12. | Decreto nº 7.746/2012 , de 5 de julho de 2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. |
| 3.13. | Decreto nº 8.538/2015 , de 6 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. |
| 3.14. | Decreto Nº 7.203/2010 , de 4 de junho de 2010 - Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal. |
| 3.15. | Decreto n.º 3.722/2001 , de 09 de janeiro de 2001 - Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. |
| 3.16. | Decreto nº 4.485/2002 , de 25 de novembro de 2002 - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.6 |

- 4.4.

O quantitativo da contratação está discriminado na tabela constante do item 1.2 deste Termo de Referência
- 4.5.

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por menor Preço Global.
- 4.6.

A licitante vencedora deverá atender os chamados de imediato, sendo tolerado o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação para resposta por parte da contratada. O mecanismo de comunicação entre o órgão e a prestadora de serviço deverá ser, principalmente, o correio eletrônico.
- 4.7.

Os serviços serão solicitados por meio de Ordem de Serviço – OS, subscrita pelos fiscais do contrato, que solicitarão a confecção do protótipo para apresentação.
- 4.8.

A licitante vencedora deverá obrigatoriamente apresentar protótipo para os conjuntos e para a pasta (item 6, do subitem 1.2), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço.
- 4.8.1.

O ônus de entregar os protótipos é exclusivo da licitante vencedora.
- 4.9.

O protótipo entregue será avaliado pela Assessoria de Cerimonial do MEC que considerará a sua conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.
- 4.9.1.

Será emitido parecer em relação ao protótipo apresentado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.
- 4.9.2.

No caso da não aprovação do protótipo na primeira análise, será indicada, por meio de parecer, os ajustes a serem efetuados pelo licitante vencedor, que terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para apresentação de novo protótipo, já com as devidas correções.
- 4.10.

A entrega do objeto deverá ser processada de forma que toda a OS seja atendida, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data da aprovação do protótipo, na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 9º andar sala 917, fone (61) 2022-7545 – Brasília-DF, CEP 70.047-900.
- 4.10.1.

O horário de entrega será das 08:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira.
- 4.10.2.

Caso, no ato do recebimento, seja verificada alguma desconformidade com os quantitativos ou especificações constantes do Termo, a licitante vencedora deverá realizar os ajustes necessários no prazo máximo de 1(um) dia útil.
- 4.11.

A cobrança pelo serviço fornecido será feita por meio de emissão de nota fiscal única relativa à prestação feita por Ordem de Serviço, no mês subsequente.
- 4.12.

A execução do contrato será avaliada e fiscalizada, observando os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada, aferidos por meio do cumprimento regular das obrigações estabelecidas.
5.

DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 5.1.

Trata-se de serviços comuns, por demanda, para a confecção de conjuntos de comendas, compostas por medalhas, faixas, adereços, estojos e pastas, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 5.3.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.
6.

DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 6.1.

Os serviços serão prestados, por demanda, de acordo com as condições e quantidades previstas neste termo de referência para a confecção de conjuntos; limitados ao número máximo indicado em ordens de serviço específica subscrita pela fiscal do contrato (Assessoria de Cerimonial GM MEC), após apreciação do Conselho da Ordem.
- 6.2.

A confecção e montagem dos conjuntos novos e da pasta (subitem 1.2, item 6) , será realizada pela licitante vencedora, conforme especificação em ordem de serviço da Assessoria de Cerimonial MEC. A autorização para início da produção dos itens licitados acontecerá após aprovação do protótipo de cada conjunto ou item, apresentada para demonstração da compatibilidade dos serviços aos padrões estéticos e de qualidade das peças e comendas produzidas anteriormente.
- 6.3.

Categoria Grau de GRÃ-CRUZ:
- 6.3.1.

CONFECÇÃO de 8 (oito) Conjuntos Novos Completos para as comendas do grau Grã-Cruz da Ordem, nas quantidades e especificações a seguir. Os itens que compõem o conjunto serão produzidos e montados para formação de cada comenda:

a)

Quantidade de 8 Faixas, pendente em gorgurão chamalotado na cor púrpura e orlada de branco com 2100mm de comprimento por 90mm de largura. Comprimento transversal na barra no grau correspondente com roseta do mesmo tecido com cruz branca ao meio aproximadamente 100mm de diâmetro. Colchete e argola douradas para segurar a medalha.

b)

Quantidade de 8 Barretes (pendente faixa) na cor púrpura orlada de branco, gorgurão chamalotado com 15mm de largura por 60mm comprimento orlada de branco. Na barra no grau correspondente com roseta do mesmo tecido com cruz branca ao meio, sobreposta a uma fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7mm de largura, e dente de foca. Incluir instalação de medalha (pronta) na barreta.

c)

Quantidade de 8 Rosetas tipo boton, com 10mm de diâmetro, cunhada, estampada e recortada em chapa de metal nobre não ferroso (latão) com uma fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7mm de largura, no grau correspondente. No centro de cada uma, roseta revestida com fita de gorgurão chamalotado púrpura e cruz branca ao meio, com pino de fixação soldado no verso e prendedor de borracha.

d)

Quantidade de 8 Estojos com medidas aproximadas de 18cm x 28cm e 6,5cm de profundidade (total caixa com tampa) e com estrutura em madeira resistente e leve com tampa forrada internamente revestida em cetim branco acolchoando toda a parte interna da tampa. No centro, o brasão da República em hotstamping dourado. A base do estojo deverá ter um baixo relevo formando um berço no formato da medalha com seu passador de fita, roseta e barrete, tudo formando um fundo falso revestido em veludo azul escuro; na parte superior haverá uma pequena fita de cetim para, através desta, levantar o berço revelando o fundo falso onde se acondicionará a sobra da faixa da medalha pendente. Externamente será revestido em papel couro de cor verde bandeira e terá na parte traseira duas dobradiças pequenas em metal dourado e na parte frontal uma trava de segurança em metal dourado.

e)

Quantidade de 8 Pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Courino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiras interna em couro sintético (Courino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm.
- 6.3.2.

Não haverá confecção para itens novos individualizados para as comendas desse grau da Ordem, ou seja, somente será confeccionado o conjunto.
- 6.4.

Categoria Grau de GRANDE OFICIAL:
- 6.4.1.

CONFECÇÃO de 17 (dezesete) CONJUNTOS NOVOS COMPLETOS das comendas do grau de Grande Oficial da Ordem, com as especificações abaixo. Os itens que compõem o conjunto serão produzidos e montados para formação de cada comenda:

a)

Medalhas constituída de uma insígnia de 08 pontas medindo 55x55mm com espessura 2,2mm, cunhada, estampada e recortada em chapa de metal nobre não ferroso (latão), com banho eletrolítico de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) de folhas de louro de níquel, com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) e esmaltadas em verde; ao centro placa esmaltada em branco e vermelho oliva, em alto relevo a figura do livro ladeado pela a inscrição do nome do grau seguida da expressão "MÉRITO EDUCATIVO – BRASIL –". Pendente faixa em gorgorão chamalotado de cor púrpura orlada de branco com 600mm x 45mm, com fita para amarração e Passador de fita, com 50mm de largura, cunhado e estampado e recortado em chapa de metal nobre não ferroso (latão) com banho eletrolítico de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) e esmaltadas em verde; ao centro placa esmaltada em branco e vermelho oliva em alto relevo a figura do livro ladeado pela inscrição do nome do grau seguida da expressão "MÉRITO EDUCATIVO – BRASIL –". Pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura com 15mm de largura por 60mm comprimento, orlada de branco, sobreposto a uma fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7 mm de largura, com roseta do mesmo tecido com cruz púrpura ao meio, com "dente de foca".

b)

Medalhas crachá constituída de uma insígnia de 08 pontas medindo 80x80mm, espessura 2,2mm, cunhada, estampada e recortada em chapa de metal nobre não ferroso (latão), com banho eletrolítico de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) de folhas de louro de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) e esmaltadas em verde; ao centro placa esmaltada em branco e vermelho oliva em alto relevo a figura do livro ladeado pela inscrição do nome do grau seguida da expressão "MÉRITO EDUCATIVO – BRASIL –". Pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura com 15mm de largura por 60mm comprimento, orlada de branco, sobreposto a uma fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7mm de largura, no grau correspondente. No centro uma roseta revestida com fita púrpura e cruz na mesma cor, ornada em fita de cetim na cor branca (consultar foto do Anexo 2566125), no verso pino de fixação soldado e com prendedor de borracha.

c)

Miniaturas medindo 20mm x 20mm, cunhada, estampada e recortada em chapa de metal nobre não ferroso (latão), com banho eletrolítico de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) de folhas de louro de níquel com recebimento galvânico ouro 22 quilates (dourado) e esmaltadas em verde; ao centro placa esmaltada em branco e vermelho oliva em alto relevo a figura do livro ladeado pela a inscrição do nome do grau seguida da expressão "MÉRITO EDUCATIVO – BRASIL –". Pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura com 15mm de largura por 60mm comprimento, orlada de branco, sobreposto a uma fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7 mm de largura, com roseta do mesmo tecido com cruz púrpura ao meio, com "dente de foca".

d)

Rosetas tipo boton, com 10mm de diâmetro cunhada, estampada e recortada em chapa de metal nobre não ferroso (latão), fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7mm de largura, no grau correspondente. No centro uma roseta revestida com fita púrpura e cruz na mesma cor, ornada em fita de cetim na cor branca (consultar foto do Anexo 2566125), no verso pino de fixação soldado e com prendedor de borracha.

e)

Faixas de pescoço na cor púrpura pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura orlada de branco com 600mm x 45mm, com fita para amarração no pescoço.

f)

Barretes, pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura com 15mm de largura por 60mm comprimento, orlada de branco, sobreposto a uma fita em fio dourado dobrada com 15mm de comprimento por 7 mm de largura, com roseta do mesmo tecido com cruz púrpura ao meio, ornada em fita de cetim na cor branca, com dente de foca. Incluir instalação de medalha (pronta) na barreta.

g)

Estojos com medida aproximada de 155mm de largura por 285mm de comprimento e 50mm de profundidade (caixa com tampa), com estrutura em madeira resistente e leve, com tampa forrada e internamente revestida em cetim branco acolchoando toda a parte interna da tampa. No centro, brasão da República em hotstamping dourado. A base do estojo deverá ter um baixo relevo formando um berço no formato da medalha com seu passador de fita, roseta e barrete, tudo formando um fundo falso revestido em veludo azul escuro; na parte superior haverá uma pequena fita de cetim para através desta levantar o berço revelando o fundo falso onde se acondicionará a sobra da fita. Externamente será revestido em papel couro de cor verde bandeira, medindo aproximadamente 155mm de largura por 285mm de comprimento e 50mm de profundidade. Terá na parte traseira duas dobradiças pequenas em metal dourado e na parte frontal uma trava de segurança em metal dourado.

h)

Pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Courino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiras interna em couro sintético (Courino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm.
- 6.4.2.

Não haverá confecção para itens novos individualizados para as comendas desse grau da Ordem, ou seja, somente será confeccionado o conjunto.
- 6.5.

Categoria Grau de COMENDADOR:
- 6.5.1.

Confecção de 20 (vinte) CONJUNTOS NOVOS COMPLETOS das comendas para o grau de Comendador da Ordem; e
- 6.5.2.

Os itens que compõem o conjunto serão produzidos e montados para formação de conjuntos de cada comenda:

a)

Quantidade de 20 Rosetas tipo boton com 10mm de diâmetro, cunhado, estampado e recortado em chapa de metal nobre não ferroso (latão), fita em fio prateado dobrada com 15mm de comprimento por 7mm de largura, no grau correspondente. No centro, uma roseta revestida com fita em gorgorão chamalotado púrpura e cruz na cor branca, no verso pino de fixação soldado e com prendedor de borracha.

b)

Quantidade de 20 Faixas de pescoço na cor púrpura, pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura orlada de branco com 600mm x 45mm, com fita para amarração no pescoço.

c)

Quantidade de 20 Barretes, pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura, com 15mm de largura por 60mm comprimento, orlada de branco, sobreposto a uma fita em fio prateado com 15mm de comprimento por 7 mm de largura, com roseta revestida com fita em gorgorão chamalotado púrpura e cruz na cor branca, com dente de foca. Incluir instalação de medalha (pronta) na barreta.

d)

Quantidade de 20 Estojos com medida aproximada de 14cm x 20cm x 4cm de profundidade (caixa com tampa), com estrutura em madeira resistente e leve com tampa forrada internamente, revestida em cetim branco acolchoando toda a parte interna da tampa. No centro, o brasão da República em hotstamping dourado. A base do estojo deverá ter um baixo relevo formando um berço no formato da medalha com seu passador de fita, roseta e barrete, tudo formando um fundo falso revestido em veludo azul escuro; na parte superior haverá uma pequena fita de cetim para através desta levantar o berço revelando o fundo falso onde se acondicionará a sobra da fita. Externamente será revestido em papel de cor verde bandeira. Terá na parte traseira duas dobradiças pequenas em metal dourado e na parte frontal uma trava de segurança em metal dourado.

e)

Quantidade de 20 Pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Courino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiras interna em couro sintético (Courino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm.
- 6.5.3.

Não haverá confecção para itens novos individualizados para as comendas desse grau da Ordem ou seja, somente será confeccionado o conjunto.
- 6.6.

Categoria Grau de OFICIAL:
- 6.6.1.

Confecção de 24 (vinte e quatro) para CONJUNTOS NOVOS COMPLETOS de comendas do grau de Oficial da Ordem; e
- 6.6.2.

Os itens que compõem o conjunto serão produzidos e montados para formação de cada comenda:

a)

Quantidade de 24 Barretes, pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura com 15mm de largura por 60mm comprimento, orlada de branco. Fixar no barrete uma roseta revestida com fita em gorgurão chamalotado na cor púrpura, ornada com fita de cetim branca (consultar foto do Anexo 2566125), com 16mm de diâmetro, aproximadamente. Instalação de medalha (pronta) na barreta.

b)

Quantidade de 24 Rosetas tipo boton com 10mm de diâmetro, cunhado, estampado e recortado em chapa de metal nobre não ferroso (latão). Roseta revestida com fita em gorgurão chamalotado na cor púrpura, ornada com fita de cetim branca (consultar foto do Anexo 2566125), no verso pino de fixação soldado e com prendedor de borracha.

c)

Pendente 24 Faixas de peito em gorgurão chamalotado de cor púrpura orlada de branco com 500mm x 45mm, com dente de foca. Roseta fixada revestida com fita em gorgurão chamalotado na cor púrpura com 20mm de diâmetro, ornada com fita de cetim branca (consultar foto do Anexo 2566125).

d)

Quantidade de 24 Estojos com metragem aproximada de 10cm x 15,5cm x 3,5cm de profundidade, com estrutura em madeira resistente e leve com tampa forrada internamente revestida em cetim branco acolchoando toda a parte interna da tampa. No centro, o brasão da República em hotstamping dourado. A base do estojo deverá ter um baixo relevo formando um berço no formato da medalha com seu passador de fita, roseta e barrete, tudo formando um fundo falso revestido em veludo azul escuro; na parte superior haverá uma pequena fita de cetim para através desta levantar o berço revelando o fundo falso onde se acondicionará a sobra da fita. Externamente será revestido em papel de cor verde bandeira. Terá na parte traseira duas dobradiças pequenas em metal dourado e na parte frontal uma trava de segurança em metal dourado.

e)

Quantidade de 24 Pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Courino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiras interna em couro sintético (Courino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm.
- 6.6.3.

Não haverá confecção para itens novos individualizados para as comendas desse grau da Ordem ou seja, somente será confeccionado o conjunto.
- 6.7.

Categoria Grau de CAVALEIRO:
- 6.7.1.

Confecção 80 (oitenta) CONJUNTOS NOVOS COMPLETOS de comendas do grau de Cavaleiro da Ordem; e
- 6.7.2.

Os itens que compõem o conjunto serão produzidos e montados para formação de cada comenda:

a)

Pendente 80 faixas de peito em gorgurão chamalotado de cor púrpura orlada de branco com 500mm x 45mm, com dente de foca. Instalação de medalha (pronta) na ponta faixa (consultar foto do Anexo 2566125).

b)

Quantidade de 80 Barretes, pendente faixa em gorgurão chamalotado de cor púrpura com 15mm de largura por 60mm comprimento orlada de branco. Instalação de medalha (pronta) na barreta.

c)

Quantidade de 80 Rosetas tipo boton com 10mm de diâmetro, cunhado, estampado e recortado em chapa de metal nobre não ferroso (latão). Roseta revestida com fita em gorgurão chamalotado na cor púrpura e interior liso na cor branca. No verso, pino de fixação soldado e com prendedor de borracha.

d)

Quantidade de 80 Estojos com metragem aproximada de 10cm x 15,5cm x 3,5cm de profundidade (caixa com tampa), com estrutura em madeira resistente e leve, com tampa forrada internamente, revestida em cetim branco acolchoando toda a parte interna da tampa. No centro, o brasão da República em hotstamping dourado. A base do estojo deverá ter um baixo relevo formando um berço no formato da medalha com seu passador de fita, roseta e barrete, tudo formando um fundo falso revestido em veludo azul escuro; na parte superior haverá uma pequena fita de cetim para através desta levantar o berço revelando o fundo falso onde se acondicionará a sobra da fita. Externamente será revestido em papel de cor verde bandeira. Terá na parte traseira duas dobradiças pequenas em metal dourado e na parte frontal uma trava de segurança em metal dourado.

e)

Quantidade de 80 Pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Courino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiras interna em couro sintético (Courino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm.
- 6.7.3.

Não haverá confecção para itens novos individualizados para as comendas desse grau da Ordem ou seja, somente será confeccionado o conjunto.
- 6.8.

Pastas: 50 unidades.
- 6.8.1.

Além dos itens anteriormente indicados, será necessária a compra de 50 (cinqüenta) pastas com revestimento externo em Couro Sintético (Courino/Courvins) na cor verde bandeira, almofadadas, acabamento costurado, cantoneira de metal dourado, ponteiras interna em couro sintético (Courino/Courvins) para acondicionar documentos, impressão gravada no centro, o brasão da República em hotstamping dourado. Dimensões de altura 32 cm por comprimento de 25 cm, com o objetivo de usá-las em Cerimônias e Solenidades que envolvam assinatura de atos oficiais do Ministério da Educação.
- 6.8.2.

As demandas serão formalizadas mediante a emissão de ordem de serviço específica para cada evento de concessão ou para atendimento de programação anual que se faça necessária, após a apresentação e aprovação dos protótipos produzido e montado pela contratada.
7.

DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- 7.1.

Para a correta execução dos serviços contratados a Administração designará um ou mais servidor para atuar como fiscal do contato, sendo ele ou eles responsável(is) pela emissão das Ordens de Serviços e Acompanhamento.

30/08/2021	SEI/MEC - 2840333 - Termo de Referência
7.2.	Por meio das Ordens de Serviços executadas, o fiscal do contrato realizará dentro das condições deste Termo de Referência, a medição e encaminhamentos para pagamento da nota fiscal.
7.3.	Os serviços, objeto do presente Termo de Referência, compreendem a confecção de conjuntos de comendas e de compostas por medalhas, faixas, adereços, estojos e pastas para acondicionar documento, para as condecorações da Ordem Nacional do Mérito Educativo, conforme especificações constantes do Encarte A (SEI 2744660).
8.	DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO
8.1.	Nos termos do Item 2.6 do anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, seguem abaixo algumas definições para fins de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento.
8.2.	Definição dos atores que participarão da gestão do contrato: a fiscalização do contrato ficará com a Assessoria de Cerimonial, e a gestão do Contrato ficará sob responsabilidade da CGRL/SAA.
8.3.	Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o órgão ou entidade e a prestadora de serviços: serão telefone, <i>e-mail</i> ou ainda ofício que poderá ser enviado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou <i>e-mail</i> institucional do MEC.
8.4.	Definição da forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, conforme as seguintes diretrizes, no que couber: a definição da forma de aferição/medição para efeito de pagamento com base nos indicadores do Instrumento de Medição do Resultado - IMR.
8.5.	Definição dos demais mecanismos de controle que serão utilizados para fiscalizar a prestação dos serviços, adequados à natureza dos serviços, quando couber: fiscalização rotineira, verificação de relatórios e dos indicadores do Instrumento de Medição do Resultado - IMR.
8.6.	Definição do método de avaliação da conformidade dos serviços entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório: o método de avaliação da conformidade será realizado de acordo com o determinado neste Termo de Referência, ou seja, aplicação do Instrumento de Medição dos Resultados a partir da fiscalização dos serviços prestados e dos relatórios gerados.
8.7.	Definição do procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução: geração de relatórios após a realização da fiscalização dos serviços prestados e atendimento das demandas e obrigações nos prazos estabelecidos neste documento.
8.8.	Definição de uma lista de verificação para os aceites provisório e definitivo, a serem usadas durante a fiscalização do contrato, se for o caso: os aceites provisórios e definitivos serão realizados com base na verificação do atendimento quando da realização do serviço.
8.9.	Definição das sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação, utilizando como referencial os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral da União: previsto na cláusula SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste documento.
9.	DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA
9.1.	Os modelos físicos de cada conjunto de comenda e seus respectivos itens estarão disponíveis para avaliação física na Assessoria de Cerimonial do Ministro, endereço: Esplanada dos Ministérios, Ministério da Educação, bloco L, Edifício Sede, sala 917, telefone 2022-7545.
9.1.1.	Os modelos de cada conjunto de comenda são, também, apresentados no encarte A1 (2806188).
9.2.	Recomenda-se a todos os licitantes e interessados que examinem detalhadamente cada conjunto de comendas, quanto à forma e composição de cada item, assegurando-se de sua capacidade e meios para a plena realização do serviço e entrega dos objetos em contratação.
10.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
10.1.	Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.	Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
10.3.	Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
10.4.	Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
10.5.	Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
10.6.	Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
10.6.1.	Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
10.6.2.	Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
10.6.3.	Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
10.6.4.	Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
10.6.5.	Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
10.6.6.	Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
10.6.7.	Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
10.6.8.	Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as <i>built</i> ", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
11.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
11.1.	Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;
11.2.	Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução;
11.3.	Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
11.4.	Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
11.5.	Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
11.6.	Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês subsequente ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
11.7.	Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
11.8.	Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
11.9.	Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
11.10.	Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
11.11.	Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
11.12.	Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
11.13.	Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
11.14.	Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
11.15.	Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
12.	DA SUBCONTRATAÇÃO
12.1.	Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
13.	DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
13.1.	Nos termos dos arts. 67 e 73 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de erros observados.
13.2.	A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de erros de tradução, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
13.3.	O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
13.4.	O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização dos erros observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
13.5.	O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
13.6.	As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
13.7.	As disposições previstas neste item não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
14.	DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO
14.1.	A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
14.2.	No prazo de até <i>5 (cinco) dias corridos</i> do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
14.3.	O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
14.4.	A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
14.5.	Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
14.6.	A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
14.7.	No prazo de até <i>10 (dez) dias corridos</i> a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
14.8.	Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
14.9.	Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
14.10.	Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
14.11.	No prazo de até <i>10 (dez) dias corridos</i> a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
14.12.	Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
14.13.	Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
14.14.	Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
14.15.	O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
14.16.	O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
14.17.	Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
15.	DO PAGAMENTO
15.1.	O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
15.2.	Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
15.3.	Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

- 30/08/2021SEI/MEC - 2840333 - Termo de Referência
- 15.4.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 15.6.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 15.7.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.8.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 15.9.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 15.10.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 15.11.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.12.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 15.13.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 15.14.

Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 15.15.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.16.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 15.17.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = [(6 / 100)/ 365]	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	------------------------	--

16.
- 16.1.

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
17.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 17.1.

O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do contrato.
- 17.2.

No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 17.2.1.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 17.2.2.

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 17.3.

A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 17.4.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 17.4.1.

Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 17.4.2.

Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 17.4.3.

Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 17.4.4.

Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 17.5.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 17.6.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica, com correção monetária.
- 17.7.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 17.8.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 17.9.

No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 17.10.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 17.11.

A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 17.12.

Será considerada extinta a garantia:
- 17.12.1.

Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 17.12.2.

No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 17.13.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 17.14.

A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.
18.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 18.1.

Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará(ão) impedida(s) de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) CONTRATADA(S) que:

18.1.1.

Apresentar documentação falsa;

18.1.2.

Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3.

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4.

Deixar de entregar a documentação exigida no edital;

18.1.5.

Não assinar o termo de contrato e/ou ata de registro de preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.6.

Não mantiver proposta;

18.1.7.

Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.8.

Fizer declaração falsa;

18.1.9.

Cometer fraude fiscal; ou

18.1.10.

Incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.
- 18.2.

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.3.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.
- 18.4.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurada à licitante vencedora o direito do contraditório e da ampla defesa.
- 18.5.

Sem prejuízo das sanções previstas, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016. Abaixo destacam-se as possíveis aplicações:

I - Advertência;

II - Multa de:

a)

0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;

b)

0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar trinta dias;

c)

5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

d)

15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

e)

20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, em caso de inexecução total do contrato.

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- 18.6.

No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas "a" e "b", com as da alínea "c", o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7 % (sete por cento) do contrato.
- 18.7.

A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º, observada a seguinte ordem:

I. mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;


II. mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;

III. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.
- 18.8.


Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.
- 18.9.

O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.


30/08/2021	SEI/MEC - 2840333 - Termo de Referência
18.10.	As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.
18.11.	No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.
18.12.	Caso a Contratada descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência/contrato poderá a Contratante aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia e /ou por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito à ampla defesa e do contraditório.
18.13.	A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
18.14.	A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.
18.15.	As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
18.16.	Se durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
18.17.	A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
18.18.	O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
19.	DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
19.1.	Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência em quantidades, características e prazos mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado; nos termos do § 4º do art. 30, II da Lei nº 8.666/93.
19.2.	As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
19.3.	Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
19.4.	Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
19.4.1.	01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da LICITANTE, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a LICITANTE gerencia ou gerenciou serviços de natureza similar;
19.4.2.	Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da LICITANTE, especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
19.4.3.	O critério de julgamento da proposta é o menor preço global do grupo.
19.4.4.	As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
20.	DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS
20.1.	O custo estimado da contratação é de R\$ 122.047,42 (cento e vinte e dois mil quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos).
21.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
21.1.	Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da execução dos serviços contratados, correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do MEC, Elemento de Despesa 33.90.39-62 que serão empenhadas, nos termos da lei, de acordo com o Orçamento Geral da União para 2021.
22.	DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
22.1.	Para amenizar possíveis impactos ambientais a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, por meio do modelo constante do Encarte E, visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, à Lei nº 12.187/2009, incisos IV, VI a VII do art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Lei nº 12.305/2010 e ao Decreto nº 7746/2012.
23.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
23.1.	O fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.
23.2.	Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico: cpl@mec.gov.br , subsidiado pela área técnica.
23.3.	O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.gov.br/mec , no link “Acesso à Informação/Licitações e Contratos”, bem como no sítio eletrônico Compras Governamentais, ficando as licitantes obrigadas a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.
23.4.	Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Termo, mas necessários à execução total dos serviços e ao seu perfeito acabamento, serão de responsabilidade da CONTRATADA.
23.5.	O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.
23.6.	Declaramos pela responsabilidade da elaboração do Termo de Referência, estando esse adequado ao que dispõe aos Incisos I e II do Art. 8º do anexo I do Decreto 3.555/2000.
	Vanessa Reis de Souza, Matrícula SIAPE nº 1798397 – Integrante Requisitante Titular; Ruy Rafael de Sousa Mattos, Matrícula SIAPE nº 1667040 – Integrante Requisitante Substituto; Marcia Cristina Baia, Matrícula SIAPE nº 237262 - Integrante Requisitante; Ellen Elizabeth Almeida Ribeiro, Matrícula SIAPE nº 2219702 – Integrante Técnico; Denilson Ribeiro Teixeira, Matrícula SIAPE nº 2094273 – Integrante Técnico; e Reynaldo Leone Durães de Jesus – Matrícula SIApe nº 3148464 - Integrante Administrativo.
23.7.	Com base no inciso II do art. 14 do Decreto 10.024/2019, aprovo o Termo, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço. Prepare-se o encaminhamento à Coordenação Geral de Licitações e Contratos para continuidade dos trâmites. PAULO BERNARDES HONÓRIO DE MENDONÇA Coordenador-Geral de Gestão Administrativa




Documento assinado eletronicamente por **Ellen Elizabeth Almeida Ribeiro, Servidor(a)**, em 27/08/2021, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.




Documento assinado eletronicamente por **Paulo Bernardes Honório de Mendonça, Coordenador(a)-Geral**, em 27/08/2021, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.




Documento assinado eletronicamente por **Marcia Cristina Baia, Servidor(a)**, em 27/08/2021, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Denilson Ribeiro Teixeira, Servidor(a)**, em 30/08/2021, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ruy Rafael de Sousa Mattos, Servidor(a)**, em 30/08/2021, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2840333** e o código CRC **42D0D5E2**.